

Preservação: uma questão de lucro

Categories : [Reportagens](#)

No vídeo abaixo, Carlos Eduardo Young fala da redução de emissões de carbono em unidades de conservação.

O Brasil conta hoje com cerca de 700 unidades de conservação federais e estaduais, espaços de terra ou mar delimitados por lei, de grau mais ou menos restrito, para proteger recursos naturais e biodiversidade. Mas se conservar vem no nome, gerar riquezas está no DNA, garante o estudo [“A Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional”](#), que conclui, na ponta do lápis, ser lucrativo preservar a natureza no país.

O estudo, parceria do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o Ministério do Meio Ambiente, calcula os benefícios econômicos das áreas de proteção, entre eles, venda de madeira e produtos florestais, turismo, proteção das águas e a quantidade de carbono que deixa de ir para a atmosfera graças à preservação. Conclui que, na soma, as unidades de conservação geram mais do que gastam.

Só a produção de madeira em tora nas Florestas Nacionais e Estaduais da Amazônia, áreas onde o corte é manejado e não fruto de desmatamento ilegal, tem o potencial de gerar entre R\$ 1,2 e R\$ 2,2 bilhões ao ano, ou mais do que toda a madeira nativa atualmente extraída no país.

O valor se aproxima ao potencial de geração de renda do turismo dentro das unidades de conservação. A estimativa, até 2016, é de que a visitação e o uso público rendam entre R\$1,8 e R\$ 2 bilhões ao país. Em apenas 18 dos Parques Nacionais brasileiros, garante o estudo, a visitação é capaz de gerar o suficiente para ultrapassar o orçamento anual de manutenção de todos as unidades federais do Brasil.

Apesar de expressivos, os resultados são conservadores, ressalta Carlos Eduardo Young, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos pesquisadores do estudo. Deixam de fora critérios sobre os quais há poucos dados científicos disponíveis, como o valor da biodiversidade.

“Existe uma percepção que as unidades de conservação são quase um custo a ser pago para que a biodiversidade e os demais produtos florestais possam ser preservados. Sua importância econômica é muito pouco trabalhada”, diz Young.

Quando o tema é carbono, o estudo garante que a criação e manutenção das unidades de conservação no Brasil impediu a emissão de pelo menos 2,8 bilhões de toneladas de carbono, o que, em cifras, corresponderia a R\$ 96 bilhões.

Investimentos na manutenção de unidades de conservação em diferentes países

Saiba mais

[Download de publicação na íntegra](#)

{iarelatednews articleid="16738,7903,14363,2531"}